

dos autos da Notícia de Fato nº 000003-101/2018, com o objetivo de apurar suposta prática de irregularidades envolvendo o Sr. José Walker da Costa Azevedo.

Comunicação feita por através do pedido de providências encaminhado à PJCCOT, CD contendo cópia integral do Processo n.º 002005730028671-9 (PAD).

Por intermédio deste, fica informado ao JOSÉ WALKER DA COSTA AZEVEDO da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO proferida nos autos da citada Notícia de Fato.

Informo ainda que Vossa Excelência tem a faculdade de encaminhar ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público deste Estado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento/ciência deste, se assim desejar, razões escritas ou documentos, que serão incorporados aos autos do aludido procedimento, com o propósito de obstar seu arquivamento.

Belém, 18 de maio de 2018.

José Godofredo Pires dos Santos

6º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, em exercício.

**Protocolo: 319278**

#### **EXTRATO DA PORTARIA Nº 024/2018-7ª. PJC/MP**

A 7ª Promotora de Justiça Cível de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 024/2018/7ª, datado de 10 de maio de 2018, que encontra-se a disposição na 7ª Promotoria de Justiça Cível de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 024/2018-7ª. PJC/MP

Assunto: Apurar situação de risco da criança J.J.D.S.C., promovendo coleta de informações e diligências para defender seus interesses.

PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA MOREIRA-7ª – Promotora de Justiça Cível de Castanhal

**Protocolo: 319379**

#### **EXTRATO DA PORTARIA**

##### **N. 001/2018-MP/3ªPJR, DE 22.05.2018.**

A 3ª Promotora de Justiça Titular de Redenção, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar n. 057/2006 e no art. 4º, VI da Resolução-CNMP n. 23/2007, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 001/2018-MP/3ªPJR, que se encontra à disposição na 3ª Promotoria de Justiça de Redenção, situada na Av. Manoel Vicente Pereira, 385, Park dos Buritis, CEP 68.552-760, Redenção - Pará, Fone (94) 3424-0913/ 3424-3577.

Portaria n. 001/2018-MP/3ªPJR

Assunto: Apurar as condições atuais da infraestrutura do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP, em especial, o *déficit* do número de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva – UTI e nas enfermarias, bem como apurar a necessidade de aquisição de novos equipamentos médicos para regular o funcionamento do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP.

Promotora de Justiça: Rosângela Estumano Gonçalves Hartmann

**Protocolo: 319285**

#### **EXTRATO DE PORTARIA Nº 003 /2018- MP/PJJA**

O Representante do Ministério Público Estadual, DR. SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA titular da Promotoria de Justiça de Jacundá/ PA, com base no art. 1º da Resolução 23 do CNMP resolve instaurar o Inquérito Civil 03/2018, sob sigilo, em razão do feito e diligências, ao menos neste momento ensinarem a preservação do necessário segredo de justiça, nos termos do art. 7º da Resolução 23 do CNMP, em tudo observado publicidade junto ao Diário Oficial do Estado do Pará nos termos do art. 54, VI, §3º da Lei 057 de 06/07/2006

Jacundá/PA, 30 de maio de 2018.

SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA, Promotor de Justiça de Jacundá/PA

**Protocolo: 319356**

#### **AVISO Nº 17/2018-CSMP**

Faço público, a quem interessar possa que a 3ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 06 de junho de 2018, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1.Apreciação da Ata da 9ª Sessão Ordinária, realizada em 10/05/2018.

2.Julgamento de Processos:

2.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.1.1. Processo nº 000247-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): CONSTRUMAQ

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível prática de atos ilícitos, fraudes em licitações, contra os interesses da Administração Pública, praticados pela empresa CONSTRUMAQ.

2.1.2. Processo nº 000011-151/2016

Requerente(s): Associação dos Empregados do Banco da Amazônia - AEBA

Requerido(s): Banco Da Amazônia S.A.

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa atribuída ao Sr. Luis Euclides Feio, Superintendente Regional do Banco da Amazônia (BASA), em razão de promoção pessoal do mesmo em propaganda institucional afixada no portão de desembarque do Aeroporto Internacional de Belém.

2.1.3. Processo nº 000209-803/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): E.S.L.M.

Origem: 4ª PJ da Infância e Juventude de Altamira

Assunto: Apurar possível situação de risco de menores em decorrência da vulnerabilidade familiar pelo possível envolvimento com drogas de sua genitora.

2.1.4. Processo nº 000749-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Belfibras Indústria e Comércio LTDA

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar construção, instalação e funcionamento de atividade sem licença ou autorização do órgão ambiental competente pela empresa Belfibras Indústria e Comércio LTDA.

3.1.5. Processo nº 000028-113/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Curso Básico Teórico Prático - Cirurgia Experimental - UEPA

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital Assunto: Apurar maus-tratos em animais utilizados no Curso Teórico Prático de Cirurgia Experimental.

3.1.6. Processo nº 000020-113/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar a proposta de venda à empresa Leal Moreira de um terreno utilizado para práticas de lazer pertencente ao Sacramento Esporte Clube Beneficente.

3.1.7. Processo nº 001957-477/2016

Requerente(s): Logar Nathascha de Almeida e Outros

Requerido(s): Eletrofácil Comércio de Móveis Ltda.

Origem: 1º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar prática de lesão contra o consumidor.

3.1.8. Processo nº 003641-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Consórcio Intermunicipal do Tapajós

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Acompanhar a implementação das Políticas Públicas referentes ao ordenamento territorial, gestão ambiental e atividades produtivas previstas no Plano Plurianual Participativo Territorial do Tapajós.

2.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

2.2.1. Processo nº 000980-125/2015

Requerente(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Requerido(s): Clínica Oftalmológica Altair Trindade

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia anônima de que a Clínica Oftalmológica Altair Trindade estaria recebendo pacientes de municípios sem pactuação com Belém e sem a devida regulação do DERE.

2.2.2. Processo nº 000076-001/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu/PA, Norte Energia S.A.

Origem: 6ª PJ Agrária de Altamira

Assunto: Apurar notícias de improbidade administrativa relacionada a possível malversação de recursos oriundos do termo de cooperação nº DS-C0038/2012, firmado entre a Norte

Energia S.A., nas ações de incentivo ao fortalecimento à estrutura de atendimento na área de assistência social no município de Vitória do Xingu no valor de R\$ 4.600.404,60.

2.2.3. Processo nº 000083-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível desvio de finalidade no ato de encerramento do vínculo contratual mantido pela SEDUC com o senhor Luiz Otávio Ferreira Ferreira.

2.2.4. Processo nº 000079-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à situação do Hospital Público Estadual Galileu, localizado no município de Ananindeua, o qual foi equipado e inaugurado pelo Governo do Estado do Pará, porém o prédio pertence à AAME e é alugado, além da gestão do mesmo ter sido entregue à OS Pró-Saúde.

2.2.5. Processo nº 000045-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Origem: 1º PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade quanto à contratação e fornecimento de alimentação aos presos custodiados na Delegacia de Polícia de Canaã dos Carajás/PA.

2.2.6. Processo nº 001937-040/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Castanhal

Origem: 4º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar denúncia de possível irregularidade nos pagamentos referentes a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Sr. Takashi Shimizu e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a título de suposta compensação por danos ambientais provocados à área do Igarapé Castanhal e Lago Ibirapuera.

2.2.7. Processo nº 001359-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Hospital Regional do Oeste do Pará

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela SESPA referentes aos pagamentos dos serviços médicos prestados no Hospital Regional do Oeste do Pará, no período de 01 a 07/05/2008, contratados pela OSCIP “Centro Integrado e Apoio Profissional-CIAP”, cujo contrato foi objeto de rescisão em 31/03/2008.

2.2.8. Processo nº 004365-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): O Estado

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no plano de manejo aprovado em área pública da Gleba Paru III, em Almeirim/PA, e o conflito fundiário existente com os comunitários, bem como a ação de reintegração de posse de nº 0000610-43.2010.814-0004.

2.2.9. Processo nº 001707-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centro de Atenção Psicossocial de Santarém - CAPS II

Origem: 11º PJ de Santarém

Assunto: Apurar a falta de medicamentos no CAPS II em Santarém.

2.2.10. Processo nº 000002-940/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marabá - Prefeitura Municipal

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de ato de improbidade administrativa na demora da cobrança da taxa de abate devido pela empresa Frigorífico JBS, no período de 2010-2013, pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária da Prefeitura de Marabá.

2.2.11. Processo nº 000047-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba